CAPÍTULO XIV

POTOSI

A prata na realidade desempenha, depois dos anos 1560, o papel principal. Não o único papel, porque o ouro, de insignificante peso nessa altura, ainda mantinha uma proporção que não era de desprezar nos valores produzidos.

Perante a abundância da prata, o ouro revaliza-se face a ela, e volta a ser procurado; na Europa há certos pagamentos para os quais se exige o ouro.

Mas, apesar de tudo, após a descoberta simultânea das minas do México e das do Peru em 1545–46, e depois do emprego da amálgama de mercúrio às do México em 1559–1562 e do mesmo processo no Peru em 1570–1572, iniciou-se aquilo a que P. Chaunu chamou o «ciclo real da prata», que culmina, como sabemos, com as maiores chegadas a Sevilha entre 1580–85 e 1590–1600.

Assim, a prata, aos olhos do mundo, tornou-se então no símbolo do enriquecimento súbito. Na França diz-se «o Peru»; em Inglaterra «o Potosi».

O que é que sabemos do Potosi?

I. Os nossos conhecimentos: origens e trabalho

A documentação acerca de Potosi, em Sevilha e no Peru, é indiscutivelmente enorme e muito exacta. Está dispersa, e até hoje foi mal explorada.

O historiador americano Lewis Hanke dedicou-se ao seu estudo, mas até agora revelou-se principalmente um historiador de ideias. Marie Helmer anunciou um grande trabalho sobre a «mita», o trabalho forçado dos índios, mas ainda só publicou alguns fragmentos. Na expectativa dessas sínteses, o melhor é referirmo-nos a um documento dos tempos do apogeu da mina, a *Relación General de la Villa Imperial de Potosi*, redigido em 1585 por Luis Capoche, proprietário de dois engenhos metálicos para esmigalhar minério, e destinado a um novo vice-rei.

Esta *Relación* foi publicada em 1959 na muito acessível colecção «Biblioteca de Autores Españoles» (BAE). Dá-nos um contacto extraordinariamente vivo como os problemas de Potosi.

A *Relación* está profundamente documentada, com nomes, números e episódios vividos. É de uma expressão ingénua, mas inteligente: reflecte a mentalidade do proprietário e do técnico, mas analisa os problemas sem ideias preconcebidas.

Além disso, e muito embora o plano seja de certo modo confuso, cobre uma geografia, uma história, uma tecnologia e uma análise económica, social e moral da exploração de Potosi. É nessa *Relación* que nos baseamos.

II. A situação e as condições técnicas

Potosi fica situada a cerca de 4000 m de altitude, num planalto desolado, frio, ventoso e poeirento, completamente despido de recursos agrícolas, à excepção de alguns campos de cultura de batata («papas»).

É preciso levar tudo — e do mundo inteiro — para essa cidade que daí a algumas dezenas de anos albergará cerca de 160 000 habitantes.

E é também preciso mandar vir o mercúrio, e exportar a prata. Ora, ali está-se a dois meses e meio de trajecto de Lima, a capital do Peru, a dois meses de Huancavelica, mina de mercúrio, a 500 km, no mínimo, do mar (em Arica, que é um porto isolado e sem recursos), a 2500 km de Buenos Aires, no Atlântico, onde já se pensa ir (no século XVIII irá ser a principal via) mas onde ainda não chega quase nenhum navio.

A troca com Huancavelica determina o trajecto habitual sobre os planaltos a caminho de Lima.

A própria montanha de prata — o *Cerro* — fica isolada; tem duas léguas de perímetro, e um cerro anexo, bastante mais pequeno. As encostas são abruptas, mas acessíveis aos animais de tiro.

Há filões muito ricos, mas também os há medíocres, e os detritos a extrair são enormes; é preciso despejá-los nos poços sucessivamente abandonados. Estas «vetas» — estes filões — têm entre 60 cm a 1,80 m de espessura; mas alguns, na extremidade, adelgaçam até cerca de 2 «pans», menos de 50 cm. As condições de trabalho estão longe de ser ideais.

III. A descoberta e as fases do desenvolvimento

A descoberta data de 1545 e não se trata de um acaso. Como no México, é a altura em que os processos mais remuneradores, mas também mais destrutivos atingem o seu final. Procuram-se verdadeiras jazidas e encontram-se.

A primeira fase da exploração situa-se entre 1545 e 1564. Utilizam-se os «vetas» mais ricos, à maneira antiga, a dos índios; em que o minério era tratado no forno *(la guaira)*, atiçado por sopradores de boca; e aqui já se, entretanto, verifica um progresso técnico: no decurso dos anos 50, um sevilhano aperfeiçoa o sistema do forno, com uma espécie de chaminé, cheia de buracos na base. Ganha uma fortuna e recebe um título nobiliárquico. Acrescenta ao seu brazão uma *guaira* que vai assim decorar em Sevilha o portão

do seu palácio. Capoche jura ter sonhado, em criança, perante essa bizarra imagem.

Mas Capoche lembra também o tempo em que, em Potosi, todo aquele magestoso anfiteatro de montanhas ficava de noite iluminado pelas *guairas* como pequeninas estrelas. E isso dá a medida da dispersão daquela exploração, tão popular no decurso desta primeira fase.

Entre 1560 e 1570 verifica-se uma fase de depressão. O sistema rende cada vez menos, à medida que as quatro «vetas» principais, as mais ricas, se esgotam. As explorações são abandonadas, os trabalhadores dispersam-se, a cidade despovoa-se.

Surge uma nova fase de 1570 a 1572, com a visita do vice-rei Francisco de Toledo, um dos grandes organizadores coloniais espanhóis. Preconiza a amálgama de mercúrio, que permite a utilização dos minérios pobres; organiza a mina de mercúrio de Huancavelica; institui o sistema da «mita», ou seja, a mobilização forçada para serviço da mina, de uma certa percentagem de índios em cada aldeia.

Há então uma viragem nos números da produção: de 1570 a 1573, não tinham cessado de baixar (em pesos):

1570	177 000
1571	167 000
1572	129 000
1573	105 000

A partir de 1574, começaram a subir e em 1582 estão já largamente multiplicados por oito:

1574	193 000
1575	256 000
1576	336 000
1577	475 000
1578	530 000
1579	688 000
1580	749 000
1581	803 000
1582	860 000

Nesta altura verifica-se uma certa estagnação, devida à falta de água para accionar os engenhos de esmigalhar o minério, e também pela falta do mercúrio. Mas o facto de Capoche ter apresentado em 1585 ao vice-rei esta lista de números, mostra bem que a preocupação das quantidades produzidas está presente em todos os espíritos.

Ora, Capoche acrescenta uma interminável lista de minas em vias de prospecção na jazida, que indica as possibilidades de expansão da produção ainda para uma grande quantidade de anos. E, com efeito, a hesitação e o recuo só irão ter lugar no decurso do século XVII.

Fizemos referência a estes factos, para mostrar que os estudos de conjuntura fundados sobre a hipótese de um papel predominante dos metais

preciosos não teve em suficiente conta os problemas de produção desses metais; estudámos as chegadas a Sevilha, os preços na Europa, as tonelagens da navegação atlântica e o consumo do mercúrio. Faltava estudar os custos de produção sucessivas, nas diversas minas que se encadeiam (México e Peru), as diversas fases da exploração, as inovações técnicas, as taxas de lucro obtidas.

Ora, o valor dos produtos (tanto para os metais, como para quaisquer outros) depende dos custos da produção. A *Relación* de Capoche não é suficientemente precisa para permitir um cálculo; mas permite que se suponha a existência de documentos com números que nos poderiam dar uma base.

De qualquer forma, já nos elucida sobre a organização (ou, melhor dizendo, as sucessivas organizações) da exploração mineira de Potosi.

IV. O sistema de exploração de Potosi

Propriedade e exploração

Em princípio, o subsolo pertence ao rei. Portanto, não há «proprietários» de minas. Mas há concessionários perpétuos que lhes asseguram (em princípio) a exploração. São os chamados *mineros* (não traduzir por «mineiros»!).

Ora, esses concessionários são muito numerosos e muito diversos. Capoche dá-nos longas listas deles. Só para o *Cerro* propriamente dito, há 577 concessionários para 94 filões «vetas»; os filões são concedidos por troços de algumas «varas» (a «vara» mede 0,836 m); a média das concessões para os filões ricos é de 12 «varas» (portanto, uns 10 m) até ao máximo de 30,5 «varas» (pouco mais de 25 m) noutros filões.

Quanto à qualidade dos concessionários, essa vai do próprio rei, e dos mais altos funcionários, até às viúvas dos colonos, aos mais humildes eclesiásticos, até a companhias modestas em que às vezes entram índios — e também portugueses, florentinos e ingleses. Não parece haver qualquer espécie de exclusivos.

Desta dispersão resulta um conjunto de explorações muito díspares, e indiscutivelmente pouco racional. Inútil será dizer que a maioria das explorações são indirectas, alugadas ou confiadas a um pequeno empresário, muitas vezes um simples contramestre.

A primeira fase da exploração (1545–1564), correspondendo à técnica da *guaira*, fora praticamente confiada por inteiro aos Índios. Esses índios que tentavam a aventura mineira — *ventureros de su volontad* combinavam com um proprietário de concessão para que ele lhes deixasse explorar umas tantas «varas» desse filão. Chamavam-lhes por isso «índios-varas»; davam-lhes esteios de mina para trabalhar e forneciam-lhes lanternas. À boca da mina, o proprietário vendia-lhes o mineral extraído, «a olho» — *a ojo* — e eles reduziam-no a metal, revendido com lucro. Quando nada retiravam da operação, deixavam-lhes alguns fragmentos de minério com o que tinham que se contentar.

Este sistema levava a que os espanhóis e os índios se governassem com os filões ricos; os concessionários que só tinham filões medíocres tratavam de os explorar directamente com os índios alugados, ou divididos entre si pela justiça ordinária. Vendiam directamente o metal extraído; e como era medíocre, rendia-lhes pouco.

Na segunda fase da exploração (depois de 1570–72), a mão-de-obra mais numerosa é fornecida pela «mita» ou trabalho forçado. Por outro lado, a técnica já não permite que os índios, pobres trabalhem o minério. Os índios desempenham, portanto, um papel menos importante e menos remunerador para si. Apesar disso, existem ainda acordos entre certos proprietários e os índios, na base seguinte: o índio abate todo o minério que pode num dia, e sai com a maior carga que for capaz de transportar, e que fica para si; o proprietário retira depois, utilizando serventes, o restante minério extraído. São principalmente os rendeiros das concessões, mais que os *mineros* propriamente ditos, que praticam este sistema.

Finalmente, como os *mitayos* — os índios requisitados — nunca são suficientes para a crescente exploração, aluga-se a mão-de-obra livre, paga a 4 reais por dia, e menos submissa (os *mitayos* ganham um salário de três reais e meio).

Com efeito, e como agora tudo assenta no número de índios que a administração reparte, graças à «mita», muitas das explorações pequenas ou de má qualidade deixam de ser exploradas: mas os seus proprietários continuam a exigir um certo número de índios *mitayos*, para os ceder contra pagamento, aos exploradores mais importantes.

Assim, a concessão é mais importante pelos índios a que dá direito do que pelo próprio filão. Capoche indica, para cada concessão, o comprimento e a profundidade do filão, mas também o número de *mitayos* que teoricamente lhe correspondem, e o que lhes é de facto fornecido. As diferenças são consideráveis, de forma que é de pensar que o trabalho livre — alugado ou cedido — desempenha, apesar da «mita» um importante papel.

As relações sociais da produção, em torno da mina de Potosi têm, pois, muita variedade e são na verdade bastante complexas.

Técnica e investimento

A necessidade de uma transformação técnica notou-se quando os «vetas» mais ricos se esgotaram, e a adopção da amálgama obrigou a necessidades de investimentos que a primeira fase desconhecera.

Há, em primeiro lugar, o problema da escavação de galerias. Os *mineros* acostumaram-se a pagar o «quinto» (a quinta parte do produto) aos escavadores de galerias. Cada «veta» tinha que ter a sua. As galerias não comunicavam entre si; preferia-se perfurar horizontalmente, a partir de um ponto no flanco do «cerro». Crê-se que os melhores minérios são os que estão mais no fundo, mas existe o medo das inundações. E Capoche medita ostensivamente sobre os aspectos comparativos do problema: custo da perfuração, segurança e rendimento:

Muito embora as galerias que dão acesso ao metal de «chile», o mais profundo da mina, possam dar metal de melhor teor do que aquele que actualmente temos, importa saber se esses melhores resultados compensariam o que se gasta em subidas e descidas e isto não deixa de ter importância para a segurança do trabalho dos índios. E há outras considerações: muitas galerias vão desembocar em materiais de escória, ou minérios pobres, cujo teor não paga o custo, e os seus proprietários não têm os recursos necessários para separar o minério bom e evacuar a terra e o minério inútil, o que custa muito caro e não proporciona lucro.

Eis, portanto, as considerações de uma verdadeira «empresa».

As experiências haviam começado cedo. Só em 11 de Abril de 1585 viria a ser coroada de êxito uma tentativa de perfuração iniciada 29 anos e dois meses antes, por «[...] um inglês de Londres» que se asfixiara com os índios ao tentar abrir uma galeria a lume de carvão. Os sobreviventes da sua «companhia», um florentino e um certo Toribio de Alcaraz, tinham acabado de obter da *Audiencia*, de Chuquisaca, a concessão de 16 índios, e «[...] a população está muito contente com este desanuviamento, porque dizem que Potosi vai voltar e para muito tempo à sua prosperidade e à sua riqueza [...]»

Mas o tratamento pela amálgama requer uma complicada e dispendiosa aparelhagem. Os moinhos para esmigalhar o minério vão desde o moinho manual ao moinho movido por cavalos e ao moinho de água; e os engenhos maiores vão, a pouco e pouco, eliminando os mais primitivos. Em 1585 funcionam 25 engenhos mesmo em Potosi, e 23 nos arredores. E há muitos projectos. Como a força hidráulica depende dos cursos de água irregulares, tenta-se acabar pelo menos com as secas sazonais com a construção de barragens-reservatórios.

Ora, o ferro custa 70 pesos o quintal, um eixo de madeira de 7 m de comprimento para o engenho hidráulico custa 1500 pesos, uma joeira para passar o minério esmigalhado podia ter custado de início cerca de 150 pesos e na falta do fio de ferro chegaram a fazer-se essas joeiras com fio de prata! Se se lhes acrescentar os apavorantes custos dos transportes — transporte de homens, de víveres, de minérios para curtas distâncias, transporte do mercúrio e do metal produzido a distâncias de milhares de quilómetros — pode dizer-se que, desta vez, o custo da prata está longe de ser negligível e que, seja qual for o custo da mão-de-obra, incluindo a «mita», há que contar com as despesas da aparelhagem, do «investimento».

Para se poder compreender como é que estas minas tão distantes se puderam mostrar na Europa capazes de eliminar do mercado as minas de prata alemãs, seriam precisos os cálculos comparativos como os que Humboldt viria mais tarde a fazer para as minas mexicanas no século XVIII.

É a característica da presença maciça do minério que lhe deve garantir a superioridade.

A mão de obra e condições de trabalho: «mitayos», escravos e trabalhadores livres

Menos destruidor de vidas, demograficamente, do que o trabalho dos pesquisadores, o trabalho das minas ficou, contudo, na História como o símbolo da opressão colonial espanhola sobre os índios.

Como é que se pode pensar isto?

O trabalho é indiscutivelmente muito duro. E é pouco provável que a avidez, a insegurança, a proximidade do trabalho servil, e a recordação ainda recente da pesquisa como trabalho forçado tenham cedido o lugar a uma concepção mais humana na exploração das minas; a brutalidade de certos *mineros*, e mais ainda a de certos capatazes — os *pongos* — para com a mão-de-obra, teve indiscutivelmente rédea larga. E o tipo de trabalho forçado chamado «mita» teve aspectos confrangedores.

Como um simultâneo contra-ponto e testemunho, soam os clamores indignados e o desespero dos discípulos de Bartolomeu de Las Casas, defensor dos Índios.

Frei Domingo de Santo Tomás, escreve: «Não é prata aquilo que se manda para Espanha: é o suor e o sangue dos Índios!»

Não se podia dizer que Frei Domingo tivesse lido Karl Marx, que, no entanto, encontra quase exactamente a sua definição, no final do célebre capítulo XXXI, do livro I, do *Capital*, quando trata da «acumulação primitiva [...]»[50].

Esses clamores de testemunho são mais convincentes do que as imagens da «lenda negra», posta a correr no século XVII pelos inimigos de Espanha, principalmente os Holandeses, que, no entanto, nessa mesma altura, carregavam as consciências, no campo das violências coloniais, com muito menos escrúpulos do que os Espanhóis.

Mas a crítica a essa «lenda negra», hoje bem organizada, não nos pode levar a aceitar de olhos fechados a «lenda cor-de-rosa» de certos historiadores contemporâneos que, baseando-se em textos legislativos, falam da lei das oito horas, das férias pagas e das seguranças sociais nas minas de Potosi no século XVI.

A imagem apresentada por Luis Capoche não parece nem pintada de negro, nem uma imbecilidade idílica:

a) O trabalho é duro:

O índio fica oito horas na mina, mas as dimensões das galerias não permitem mais de quatro horas de trabalho por operário: a descida faz-se por meio de escadas de travessas de madeira e montantes de coiro; há uma para subir e outra para descer. Há as *barbacoas* (espécie de tarimbas) para as necessárias pausas; os operários descem três de cada vez, o primeiro levando a lanterna que ilumina pouco e que o vento apaga constantemente; cada carregador tem que tirar duas *arrobes* (23 kg) de minério numa manta que forma nas costas um saco e que é atada no peito.

[50] «Se, segundo Augier, 'é com nódoas naturais de sangue numa das suas faces' que 'o dinheiro chegou ao mundo', o capital chega lá vertendo sangue e lama por todos os poros.»
É de crer que, se Marx tivesse conhecido o texto de Frey Domingo, tê-lo-ia citado, em vez de citar Augier.

As subidas são em média de 150 «estados» (de 1,67 m, ou seja, de 250 metros):

> [...] e nas minas que têm o comprimento de 400 «estados» (ou seja, 670 m) uma distância na qual um homem carregado se cansa em terreno plano, imagine-se ver os índios a subir e a descer com tanta dor e tantos riscos, chegando a suar e arquejantes [...]

b) Os patrões (ou capatazes) são duros:

> [...] e o conforto que em geral encontram para acalmar a fadiga, é o de ouvirem chamar-lhes cães, ou receber um correctivo a pretexto de terem trazido pouco minério, ou terem demorado muito, ou que o que tiraram foi terra, ou que roubaram qualquer coisa. E já aconteceu, há menos de quatro meses que um *minero* que queria tratar assim um índio, este, desvairado com a ideia do golpe que ia receber, quis-se esconder mesmo à boca da mina na sua atrapalhação e lá caiu, ficando feito em mil pedaços [...]

«Casos vistos» deste tipo são o que tornam interessante o texto de Luis Capoche.

c) O trabalho é mau:

O que ameaça o índio a trabalhar lá no fundo, é, a curto prazo, a pneumonia, quando ele sai do calor da mina e fica naquela montanha exposta ao vento, a 4000 m de altitude; a longo prazo é a tosse, a silicose dos pulmões, contraída na poeira e na fumarada das galerias.

d) O trabalho é mal pago:

Não se creia que o trabalho forçado é gratuito: não é uma escravatura; o *mitayo*, o índio de «cédula», quer dizer requisitado, tem direito a uma «jorna» (salário diário) em prata com o qual terá de se alimentar; é de três reais e meio, mas na realidade o patrão só lhe paga a norma, quer dizer que o índio que não trouxer a quantidade estabelecida, só recebe uma parte do salário. O índio contratado livremente — o *mingado* — recebe quatro reais e tem o direito de discutir o salário; mas isso provoca contínuas desordens; as irregularidades de trabalho dos *mingados* dão origem a contínuas reclamações. Por isso procuram-se por todos os meios ou os *mitayos* ou os escravos puros e simples.

e) A «mita»:

Instituída pelo vice-rei Francisco de Toledo, como o único meio de fazer render ao máximo as minas de Potosi, a «mita» filia-se, em teoria, aos hábitos incas dos deveres do indivíduo face ao colectivo das aldeias, das comunidades. As comunidades devem designar os jovens mobilizados para a mina.

Isso começara em 1559, quando se requisitaram índios, sob o pretexto de os obrigar a pagar sob a forma de trabalho os tributos em género devidos pela comunidade.

Estabelecida como sistema em 1570, a «mita» foi muito discutida, tanto na América como em Espanha. Houve teólogos que se lhe opuseram; outros justificaram-na: e acabou por ser legalmente generalizada.

Em princípio, tal lei só deveria requisicionar por apenas um ano, todos os trinta anos, por escala. Na realidade, como para o imposto, calculava-se a partir das necessidades, e repartia-se o número de homens a obter entre as comunidades dos Índios, as quais por seu turno escolhiam os homens a designar.

Isso dava tremendos poderes aos *corregidores* espanhóis nos cantões e aos «caciques» índios nas aldeias.

Os aldeãos preferiam arruinar-se a ser designados: davam tudo quanto possuíam, até 15 e 20 cabeças de gado para ficarem isentos.

Os mais pobres tinham de partir; e faziam-no com as famílias, abandonando os campos, o que arruinava as colheitas. As necessidades da mina — entre 13 000 e 17 000 *mitayos* por ano — atiravam para os caminhos do abandono das terras verdadeiras multidões que atingiam mais de 40 000 pessoas.

O *mitayo*, arrancado ao seu meio e às suas tradições, reduzido na mina a trabalhar 280 dias por ano em troca de um salário que não seria de desprezar, mas sempre cerceado pela «norma» e pela subida dos preços, esse ficava numa posição ambígua: servo sob uns aspectos, e proletário sob outros.

Não acabou ainda a discussão acerca da «mita», ainda pouco conhecida. Capoche, bom conhecedor do meio e homem sem paixões, conclui que, para os Índios, a «mita» foi «o rigoroso carrasco desta nação».

f) A escravatura:

Capoche indigna-se principalmente, porque as «leis das Índias» se opõem formalmente a isso, pelo facto de existir uma escravatura de índios: compram-se ilegalmente por 80 pesos e às vezes mais — esses «artigos» capturados nas guerras do Chile e que dão origem a um verdadeiro mercado de homens, já que o clima impede qualquer admissão de escravos negros.

Vê-se por essa indignação que Capoche não confunde «mita» com «escravatura», e na realidade o *mitayo* é, em teoria, livre e é mobilizado temporariamente; não é propriedade de ninguém e tem direito a um salário; por outro lado, tem que prover ao seu próprio alimento, ao passo que o escravo é sustentado.

A defesa dos Índios; as leis sociais. A participação nos lucros

Dito tudo isto, é de espantar ver tão duras condições e costumes contraditos — mas não contrabalançados — por uma administração e uma pregação moral sempre preocupada com a sorte dos Índios.

A pregação apaixonada, indignada, de certos religiosos, prova infelizmente que as injustiças e as brutalidades efectivas nunca desapareceram, que as discussões teológicas em torno de uma igualdade real, e que as leis — por muito admiráveis que fossem em teoria — como as *Nuevas Leyes de Indias* de 1545 — nunca foram efectivamente aplicadas.

A fórmula dos colonos era «obedece-se, não se cumpre» *(se obedece y no se cumple)*.

O argumento era, naturalmente, que o próprio destino económico de todo o sistema ficaria comprometido com a aplicação exacta das leis que protegiam

o índio, e que mais importaria proteger a obra colonizadora (a evangelização em especial) contra os pontos de vista irrealistas da metrópole.

Muitos teólogos e pregadores apoiavam este ponto de vista.

Apesar de tudo, a própria existência de tal legislação e destas discussões, consegue alguns resultados. Existem funcionários especializados, os «protectores dos Índios». Muitos tiram partido das suas funções para diversas especulações, mas Capoche cita exemplos de «protectores» que tomavam a sério o seu papel e que eram de uma honestidade rigorosa.

É certo que funcionaram verdadeiras instituições de segurança social: hospitais, casas de previdência e inspecções de segurança nas minas. Existe até uma quotização operária para financiamento dos hospitais.

É este aspecto moderno que permite exaltar o espírito social das instituições coloniais espanholas.

No que respeita à segurança, Capoche cita o caso de uma catástrofe que provocou a morte de 22 índios; ora, a inspecção tinha prevenido o *minero* das imprudências cometidas; e ele foi preso e condenado a uma multa de 8000 pesos.

É pouco para 22 mortos; mas é um evidente sinal que a exploração dos índios não era desenfreada, pelo menos em teoria.

A concepção de Capoche, muito moderna, é que as decisões do rei e dos vice-reis, quando impõem obrigações aos índios, não são tomadas em favor dos interesses particulares dos *mineros*, mas em consideração do desenvolvimento económico global, do qual os índios devem beneficiar. Refere, a propósito dos *mitayos*, que «[...] contra a sua própria vontade, S. M. os não reteria um só dia em Potosi»; e quase acusa os índios de falta de consciência de classe: «[...] se essas pessoas fossem políticas e razoáveis, podiam impor-se ao respeito que se lhes deve...»

Inútil será dizer que os *mitayos* não vinham para Potosi por sua livre vontade — os resgates, as fugas e as revoltas assim o provam (há muitos que se «desnaturalizam», quer dizer, abandonam as suas aldeias para escapar à «mita»).

Mas o que é certo é que, uma vez feito o desenraizamento, o índio que vinha para a aglomeração de Potosi, mesmo depois de libertado da «mita» tendia a ficar por lá, e a ganhar a vida alugando-se como operário *mingado*; já livre.

Isso parece ter uma ligação com a participação inicial que nunca foi bem analizada em pormenor, dos índios de Potosi na febre do lucro, na febre da prata, que origina sempre a existência de um mercado livre de trabalho e do minério.

O sistema de realização do produto: o mercado livre da prata

A prata extraída do minério bruto pelo sistema da amálgama é «testada» — *ensayado* — no estabelecimento administrativo que, ao mesmo tempo, retira o «quinto» destinado ao rei. É então que se sabe quanto ele vale em «pesos *ensayados*», a moeda de conta em Potosi.

No entanto, da boca da mina até esta verificação do teor do metal obtido, o minério é frequentemente vendido por diversas vezes.

Ora, os índios tomam parte nesta circulação: isso vem dos tempos em que eram eles próprios que tratavam o minério *a la quaira* (no forno); mas o direito de traficar o minério nunca lhes foi retirado. Eles dispõem do minério:

— Em virtude de um costume que os deixa trabalhar nas minas do sábado à tarde até segunda-feira de manhã, por sua própria conta; este costume — *caxchas* — está ainda pouco esclarecido; parece que foi combatido, mas não eliminado;
— Por razão dos tipos de contratos de trabalho que vimos: salários pagos com uma parte em produto, ou pedaços de liga de mercúrio-prata, acordos entre capatazes e mão- de-obra, etc.

Esses índios possuidores de minério ou de ligas, colocavam-nos à venda num mercado público especializado, em que os lugares e as horas correspondiam a este ou aquele tipo de minério; aí se vendia «prata contra prata», quer dizer minério ou liga contra moeda corrente. Tudo dependia nesses casos da experiência que os vendedores e os compradores tinham desses materiais.

Os *mineros* do fim do século protestaram vivamente contra esse sistema. Davam-se conta de que o mercado livre da prata arrancava uma boa parte dos índios à sua condição de puros proletários; e isso reduzia as possibilidades de pressão sobre a mão-de-obra. E ainda acrescentavam, para pedir a proibição desse mercado, que o tráfico envolvia minério roubado, e que esses lucros acabavam por prejudicar a mercadoria.

Quando a proibição foi votada pelo capítulo (a municipalidade) de Potosi e se conseguiu arrancar a confirmação de tal medida a um novo *corrigidor*, deu-se uma agitação entre os índios e a decisão foi revogada, após consulta ao protector.

Capoche relata demoradamente esse episódio, e principalmente as controvérsias entre juristas e teólogos, quando certos jesuítas tomaram violentamente o partido da interdição do alto das suas cátedras, enquanto outros religiosos declaravam que o mercado livre era a única defesa dos Índios.

Este problema do mercado livre da prata relaciona-se com o do mercado livre das mercadorias, e ao ambiente de especulação que caracteriza a cidade de Potosi.

Potosi, cidade de mercado e cidade da loucura da prata

Capoche descreve-nos a cidade de Potosi como uma sobreposição de mercados de toda a espécie:

> [...] Há praças públicas, a do Palácio da Justiça, a da Casa Real, onde está a Casa do Comércio e a da Moeda, onde se derrete a prata para amoedação. Há o mercado da coca, três mercados onde se vende o milho e a farinha, o mercado do gado, o mercado das madeiras e do carvão e por fim o mercado do minério onde é curioso ver realizar os ne-

gócios porque ali se vende o minério que os índios retiram da montanha, quer dizer que se vende prata por prata.

Sem contar tudo o que acabei de dizer há ainda muitos lugares públicos onde se verifica uma grande afluência e grande ajuntamento de nativos fazendo feiras e mercados, ao ponto de ser difícil circular entre eles, de tal maneira eles se acotovelam uns aos outros [...]

Vê-se que os produtos que se vendem são índios, o que leva a crer que a própria agricultura do país foi beneficiada. E não nos esqueçamos do mercado da coca, um produto excitante, prejudicial ao organismo, mas sem o qual os índios, escravizados pelo trabalho nas minas, não podiam passar.

Mas também os produtos da Europa ali se vendiam, e tanto mais caros como eram mais raros. Este contacto mercadoria-prata no próprio local da produção do metal, torna verdadeiramente Potosi num dos grandes locais históricos do nascimento do capitalismo. A valorização da mercadoria pela desvalorização da prata, promete riqueza aos comerciantes; e de tal forma que se vêem bons *hidalgos* que escondem a sua dignidade para venderem, mesmo na praça pública, aquilo que recebem da Europa.

Mesmo assim, Potosi não é uma cidade «nobre». Capoche menciona que não se encontram ali muitos encomenderos (colonos detentores de uma *encomienda*, espécie de feudo concedido) quando são os *encomenderos* afinal que conferem o estilo nobre às cidades. Os «tratantes» só por lá passam. Não há casas sumptuosas, e faltam os belos materiais; são os índios que constituem a grande maioria.

Existe, contudo, o luxo exterior: o dos vestuários. Acorrem ali, atraídas pela prata, famílias espanholas cujas mulheres se vestem como se estivessem na corte. Depois da amálgama e da «mita» ali onde antes não havia senão trapos acastanhados e botas de atanado agora só se encontram veludos, meias de seda, brocados e tecidos dourados; até mesmo os operários e os mulatos usam trajes de luxo.

E isso corresponde ao crescimento da cidade-cogumelo: inexistente em 1545, a cidade tinha 45 000 habitantes em 1555, 120 000 em 1585 e em 1610 contava já 160 000.

E apesar das tremendas dificuldades dos transportes o mercado estava bem fornecido, não só de frutos de Chuquisaca, como também de excelentes vinhos de Castela.

Nessas condições, a loucura da prata apodera-se de toda a população.

E Capoche não esconde os efeitos de corrupção dessa loucura:

[...] No Cerro não corre outra moeda que não seja o minério; é em minério que os *mineros* e os capatazes pagam a comida que lhes levam, os frutos e os refrescos. E as índias, em troca do minério, vendem-lhes a sua própria pessoa, e as mães levam as próprias filhas à montanha para o mesmo efeito [...]

As histórias de Potosi descrevem as formas menos elementares da corrupção: a cidade desenvolvia-se sob o signo comum da Balança: o comércio, e de Vénus: o amor venal. 700 a 800 vagabundos, 120 prostitutas brancas — o que

é espantoso quando se pensa no reduzido número de emigrantes espanhóis na América — 14 casas de jogo e 14 escolas de dança. Por um lugar no teatro pagavam-se 50 pesos.

O orgulho do gastar não é somente individual: é colectivo. A cidade gastou em 1556, um ano que não foi dos mais prósperos, 8 milhões de pesos para celebrar a chegada de Filipe II. A título de comparação, podemos mencionar que os investimentos em trabalhos hidráulicos que já dissemos que não foram coisa de desprezar só se gastaram no período seguinte 3 milhões de pesos.

O estilo de vida era agitado. Estoiravam zaragatas, quer dizer, quase motins. Não motins sociais: tratava-se a maior parte das vezes de prestígios corporativos; os alfaiates, por uma questão de privilégios, pegam em armas; os irmãos Agostinhos resistem à força pública de espada em punho. Já dissemos que o problema dos mercados livres da prata dera aso a épicas controvérsias entre pregadores: «[...] coisas habituais no Novo Mundo, mas muito em especial em Potosi [...]» — diz Capoche.

Nas procissões, os padres disputam violentamente os lugares de honra. E os cerimoniais nos enterros eram tais que foi necessário regulamentá-los.

A proibição feita aos índios de celebrarem os seus próprios ritos fúnebres tem um sentido mais profundo, e a obrigação que lhes é imposta quando certas mercadorias se não vendem, de eles as comprarem, mesmo que as não queiram, mostra os *rapartimientos* forçados de produtos pelos *corregidores*, o que os tornará odiosos por muito tempo. E isso mostra que sob a máscara da loucura da prata, os profundos conflitos da raça e das classes não deixam de existir.

Pode, assim, descobrir-se, segundo os autores, uma imagem de Potosi, exaltada e gloriosa, «cadinho da América», «nervo principal do Estado», «jóia do Império»... ou, pelo contrário, uma imagem diabólica «montanha maldita», «carrasco da nação índia» e «abismo de iniquidade».

É bem o símbolo do metal-moeda: faz sonhar, dá prazeres imediatos e violentos, faz a riqueza dos particulares e o poderio do Estado, mas os moralistas assombram-se com a corrupção que ele desencadeia, ao mesmo tempo que os economistas se interrogam sobre os efeitos distantes dessa febre da prata.